

**A representação do rural na televisão pública
brasileira**

**The Rural Representation in Brazilian Public
Television**

**La representación de lo rural en la televisión pública
brasileña**

Ivonete da Silva Lopes
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
ivonetesilvalopes@gmail.com

Fecha de recepción: 1 de septiembre de 2016

Fecha de recepción evaluador: 9 de septiembre de 2016

Fecha de recepción corrección: 30 de septiembre de 2016

Resumo

A televisão pública é vista com potencial para compensar o déficit de cidadania e de acolhimento à diversidade cultural, especialmente dos grupos sociais mais vulneráveis e daqueles que estão distantes dos grandes centros urbanos, onde se concentram a mídia hegemônica. Baseado nesta perspectiva, este trabalho apresenta uma reflexão sobre a representação do tema rural na programação de duas emissoras públicas: TV Brasil (nacional) e Rede Minas (estadual). Analisa tanto o espaço ocupado por programas que tratam da temática quanto a abordagem feita do rural pelos telejornais. Conclui-se que o rural fica praticamente restrito aos programas específicos, poucos espaços ocupam nos programas informativos. Indica também o protagonismo da empresa de extensão rural na realização dos conteúdos, sendo a maioria deles procedentes da Região Sul.

Palavras-chave: Televisão Pública; Rural; Programação.

Abstract

Public television has been seen with the potential to make up the deficit of citizenship and welcoming cultural diversity, especially the most vulnerable social groups and those who are far from large urban centers, which concentrate the mainstream media. Based on this perspective, this paper presents a reflection on the representation of rural theme in the programming of three public broadcasters: TV Brazil (national) and Rede Minas (Minas Gerais state). Analyzes both the space occupied by programs that address the issue as made by the rural approach newscasts. It is concluded that rural is practically restricted to specific programs, occupy little space in informative programs. It also indicates the role of the rural extension company in the realization of content, most of them coming from the South.

Keywords: Public Television; Rural; Programming.

Resumen

Se toma la televisión pública con el potencial para compensar el déficit de la ciudadanía y acogedor diversidad cultural, grupos sociales, especialmente los más vulnerables y los que están lejos de los grandes centros urbanos, que concentran los medios de comunicación. Sobre la base de esta perspectiva, este trabajo presenta una reflexión sobre la representación del tema rural en la programación de tres emisoras públicas: TV Brasil (nacional) y Rede Minas (estado de Minas Gerais). Analiza tanto el espacio ocupado por los programas que abordan el tema como hecha por los noticiarios de aproximación rurales. Se concluye que las zonas rurales están prácticamente restringido a programas específicos, ocupan poco espacio en los programas informativos. También indica el papel de la empresa de extensión rural en la realización de los contenidos, la mayoría de ellos procedentes del Sur.

Palabras clave: Televisión pública; Rural; Programación.

Introdução

A televisão pública pode ser considerada como uma alternativa para promover a diversidade informativa e a valorização de aspectos culturais locais, regionais e nacionais de territórios que, historicamente, não têm sido contemplados pelos meios de comunicação privados. Nesta perspectiva de considerar a diversidade como um valor que deve integrar a programação da rede pública de televisão, este artigo analisa como o espaço rural é mostrado pela rede nacional de televisão pública, liderada pela TV Brasil e pela sua afiliada em Minas Gerais (Rede Minas). Essas são emissoras generalistas, abertas, cujas programações são destinadas a um público heterogêneo.

As duas emissoras apontam em documentos e nos respectivos sites o compromisso em apresentar a sociedade na sua heterogeneidade sociocultural e de atender ao interesse coletivo, o que implica em inserir as parcelas da população que são ignoradas pela mídia comercial ou estigmatizada na programação dessas emissoras. E, neste contexto pode ser considerado a população rural geralmente mostrada pela mídia somente no aspecto produtivo. Conforme aponta Wanderley (2000), “não [se] supõe a existência de uma população que faça dele [o espaço rural] um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

Na pesquisa foram utilizados dois métodos de investigação: documental e análise de conteúdo. Na primeira etapa, a documental, envolveu o mapeamento dos programas existentes que tratam especificamente do espaço rural para quantificar o espaço destinado na grade de programação aos programas que tratam especificamente sobre essa temática. Além da quantificação foi importante observar a distribuição desses conteúdos nas grades de programação das respectivas emissoras. Posteriormente, foi realizada análise de conteúdo do principal telejornal de cada emissora, na primeira semana de fevereiro e de março de 2016, para diagnosticar como o rural é representado nos noticiários. Entendendo que por meio de técnicas de análise das notícias veiculadas, visa-se “obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1977, p.42).

O novo rural

Os processos de exclusão que marcaram o desenvolvimento dos Estados-nação na América Latina têm, na cultura, um dos seus âmbitos mais profundos. “Fora da nação [...] ficaram os indígenas, os negros, as mulheres, todos aqueles cuja diferença dificultava e corroía a construção de um sujeito nacional homogêneo” (Martín-Barbero, 2005, p.58). Em virtude das características apontadas, a televisão pública é vista como potencial para compensar o déficit de cidadania e de acolhimento da diversidade cultural que os Estados

têm com suas referidas sociedades, especialmente com os mais pobres, com os grupos minoritários e com grupos sociais que estão distantes dos grandes centros urbanos, onde geralmente se concentram os meios de comunicação.

No processo de expansão da televisão no Brasil, ocorrido durante o regime militar (1964-1985), com a introdução de tecnologia que possibilitou a programação em rede, aumento do número de canais e popularização do aparelho receptor; concomitantemente havia o projeto de nação como homogêneo, da industrialização como alternativa para o país sair do “atraso” e, assim, desenvolver-se. Valores que reforçaram a introjeção da dicotomia do rural como sinônimo de atraso, enquanto o país desenvolvido estava representado pelos centros urbanos.

Desta década até os dias atuais, a sociedade brasileira tem passado por transformações econômicas, sociais e tecnológicas. O espaço do rural talvez seja um dos ambientes onde essa mudança seja mais perceptível. A heterogeneidade do rural, denominado como novo rural brasileiro (Silva, 2001) ou novas ruralidades (Callou & Santos, 2001) representa um desafio para a comunicação rural diante da complexidade desse ambiente trazida pela diversificação econômica, cultural e social. Se nas décadas de 1960, 1970 a comunicação rural era restrita para as atividades agrícolas, adotando práticas persuasivas para fomentar o desenvolvimento agropecuário, considerado como o aumento da produtividade, hoje a comunicação que trata do e sobre o rural tem que lidar com um cenário complexo.

O debate sobre como o rural é apresentado nas emissoras públicas passa necessariamente pelo entendimento do contexto do que vem sendo denominado como “novo rural brasileiro”. Primeiro, é preciso resgatar, resumidamente, o modo como era visto o rural anteriormente ao processo vivenciado atualmente. A dicotomia rural-urbano foi construída, segundo José Graziano Silva (1997) na emergência do capitalismo na Europa, no século XVII. Mais do que um corte geográfico, o rural e o urbano representavam duas realidades sociais diferentes, o rural em declínio e o urbano em ascensão. “É a partir daí que o ‘urbano’ passou a ser identificado com o ‘novo’, com o ‘progresso’ capitalista das fábricas; e os rurais - ou a ‘classe dos proprietários rurais’, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o atraso no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais [...]” (Silva, 1997, p. 2).

Na história recente brasileira não houve tanto distanciamento em relação a diferenciação entre o urbano e o rural encontrada no século XVII. O rural como espaço para o desenvolvimento das atividades agrícolas (referente ao conjunto de atividades agrícolas, pecuária e pesca) era tido como sinônimo de atraso, onde imperava a falta de oportunidades e a ignorância. Por outro lado, o urbano representava o triunfo da razão, era o progresso e a oportunidade de ascensão social (Cimadevilla, 1999).

Ângela Mazzi (1980) critica a oposição entre rural e urbano por fracionar a realidade em segmentos justapostos, coexistentes, porém desvinculados. Os meios rurais e urbanos são vistos como autônomos e independentes em sua dinâmica interna; não transparece o reconhecimento de que cada um desses subsistemas, com seus níveis de articulação, integram a totalidade da estrutura social e fazem parte de um processo único. Reforça a autora que, tanto o rural quanto o urbano são reflexos do capitalismo, das desigualdades sociais, do processo de globalização da economia e dos avanços tecnológicos. Não há como isolar um aspecto do outro.

Falar em novo rural ou nova ruralidade significa compreender o rural para além das atividades especificamente agrícolas (Barreto, 1999). Da perspectiva espacial e de organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. O "Novo Rural" como vem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

A existência das transformações que levaram ao novo rural começou na década de 1980, contudo é relevante destacar que no processo de transformação social não há ruptura abrupta de um modelo para outro. Conforme lembra Raymond Williams (2011), no modelo cultural emergente, que imprime novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências, convivem com formas residuais. Isso significa que “experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais como sociais – de formações sociais anteriores” (Williams, 2011, pp.56-57).

Televisão pública e representação do rural

Os meios de comunicação contribuem para a construção da subjetividade dos seres humanos, ainda mais diante da centralidade da mídia na sociedade contemporânea para mediar diversos aspectos da realidade. A mediação pelos meios de comunicação vem ocupando lugares antes restritos às instituições como a família e a escola: “[...] os mentores das novas condutas são os filmes, a televisão, a publicidade, que começam transformando os modos de vestir e terminam provocando uma ‘metamorfose dos aspectos morais mais profundos’ ” (Martín-Barbero, 2006, pp. 66-67).

Uma representação social é, segundo Pedrinho Guareschi (2000, p.31), “ao mesmo tempo, individual, pois ela necessita ancorar-se em um sujeito, como do mesmo modo, social, pois existe na mente e na mídia”. Ela se manifesta no indivíduo, mas não

unicamente nele porque perpassa pela sociedade. As representações sociais, deste modo, podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado.

O conteúdo produzidos e veiculados pelos meios de comunicação podem contribuir para valorizar as diferenças geográficas, sociais e culturais do país continental como Brasil, ou estigmatizar determinados grupos sociais. Por outro lado, uma representação simplificada, estereotipada pode afetar a autoimagem de determinado grupo ou região do país, criar hierarquias e inferiorizar certos grupos sociais ou regiões em comparação a outras.

O tema da representação do rural pode ser tratado da perspectiva da visibilidade territorial. O espaço local-regional tem sido uma questão pouco levada em conta na radiodifusão, quer seja ela privada ou pública, e constitui um assunto penoso à construção da cidadania brasileira. Enfrenta o contra-ataque dos grandes conglomerados comunicacionais que produzem em escala, visando à redução de custos e, obviamente, prezam pela manutenção da ausência de regulamentação. Ou ainda por políticas estatais que continuam vendo a televisão pública como nacional, com pouca inserção nas localidades, reproduzindo o modelo adotado pelas redes privadas (Lopes, 2015).

Esse quadro causa o déficit em relação à diversidade regional e comunidade rural em relação aos cidadãos, habitantes de diferentes localidades. Entendo que por essa via pode-se iniciar a caminhada para chegar ao paradigma da televisão pública concebida por Rincón (2002, p. 29) como o “[...] lugar social de todos, como uma alternativa audiovisual de encontro da sociedade, de fomento dos direitos dos cidadãos, e de reconhecimento da pluralidade social que nos habita”.

Para Maria Salett Tauk Santos e Angelo Brás Fernandes Callou (1995) a comunicação rural é considerada como um mecanismo para o desenvolvimento local e intervenção social. "É um processo que sai do patamar genérico das interações entre populações rurais e organizações não-governamentais, para legitimação de políticas agrícolas ou transformações estruturais e torna-se um instrumento prioritariamente viabilizador de um 'fórum' local com capacidade de definir e gerar localmente políticas de desenvolvimento" (Santos & Callou, 1995, p.46).

Ao se pensar a comunicação nessa esfera, não se imagina o isolamento local ou a proteção de certa cultura contra a influência da nacional ou internacional, mas o contrário, aponta para a necessidade dos meios de comunicação, especialmente o público, de promover o cotidiano, a atividade econômica e a cultura desses espaços, de mostrá-los aos outros, de articulá-los com as demais regiões do país, com o nacional e global. Da mesma forma como não concebe a comunicação local-regional como gueto, Germán Rey (2002, p. 114) “Uma ênfase nas próprias identidades, porém acompanhada de um diálogo

com outras identidades, estranhas e diferentes. Uma afirmação no próprio mundo, mas cheio de vínculos com os outros. ”

O rural nas TVs públicas

Os meios de comunicação hegemônicos tradicionalmente estão localizados em grandes centros urbanos, de onde emitem programas produzidos e que tratam de temas que refletem – ainda que parcialmente – a realidade do eixo Rio de Janeiro-São Paulo como se referissem ao cotidiano das pessoas que habitam os diversos municípios brasileiros.

Neste cenário, as emissoras públicas - por não visarem lucro e terem o compromisso com a promoção da diversidade regional – são tomadas nesta pesquisa como objetos para analisar se a programação contempla o espaço rural, suas comunidades e como é essa abordagem. As grades de programação e os conteúdos avaliados referem-se a três emissoras públicas:

1) TV Brasil – emissora nacional que integra a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007 pelo governo federal. Se propõe a “apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes; além de cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente (Brasil, 2008)¹.

2) Rede Minas - emissora estadual, vinculada ao governo do estado de Minas Gerais, implantada em 1984. É a terceira maior rede pública brasileira. O objetivo da emissora é “potencializar o intercâmbio de valores, educação e cultura para a população, por meio da produção e veiculação de programas de televisão de interesse público” (Rede Minas)².

Como se observa na apresentação da TV Brasil e Rede Minas feita nos sites das respectivas emissoras há menção à relevância que produção regional e à valorização da diversidade cultural na programação. Na Rede Minas é destacado como proposta da emissora o intercâmbio de valores e o atendimento ao interesse público. Pode-se, portanto, inferir que as três emissoras ao afirmarem como objetivo a valorização regional e o atendimento às demandas sociais assumem pelo menos discursivamente o compromisso na produção de conteúdo que reflitam a pluralidade social.

A programação

Antes de avaliar a grade programação é relevante mencionar que organização da radiodifusão brasileira segue o padrão estadunidense. São encontrados três tipos de emissoras: próprias e operadas pelo concessionário, as afiliadas e as independentes. Este estudo envolve as duas primeiras categorias, a TV Brasil é operada pela EBC; e uma afiliada: a Rede Minas. A afiliação envolve empresas diferentes que passam a atuar sob a mesma bandeira. Esse padrão de organização “[...] pressupõe uma operação sincronizada,

exibição conjunta e simultânea da mesma programação, mesma linha editorial dos programas jornalísticos e regras de comercialização idênticas em todas as emissoras. Tudo trabalha para a eficiência do negócio televisivo” (Kurth, 2006, p. 79).

Isso significa que uma emissora afiliada, pela ausência de legislação que determine a quantidade mínima em horas para inserção de conteúdo local, muitas vezes acaba trabalhando praticamente sem programação própria. Isso significa que pode transmitir praticamente os programas da emissora cabeça-de-rede.

TV Brasil: o rural na programação nacional

A TV Brasil veicula 6 horas de conteúdo rural semanalmente (ver quadro 1), e não houve alteração na programação no período de análise desta pesquisa feita entre outubro de 2015 e julho de 2016. São aos todos nove programas, dois dos quais são produções internacionais que correspondem duas horas do conteúdo rural, ou seja, um terço da produção audiovisual rural não discute a realidade brasileira, são programas de origem francesa.

Quadro 1: Programas rurais veiculados na TV Brasil

Programas	Quem produz	Dia	Hora	Duração
Colheitas do Futuro	Arte France	Quarta-feira	22:00	60min
ES Rural	Incaper	Sexta-feira	07:00	30min
Marca Paraná	e-Paraná	*	*	30min
Nosso veneno Cotidiano	Arte-França	Terça-feira	22:00	60min
Notícias do Campo	TV Univef-SP	Quinta-feira	07:00	30min
Rio Grande Rural	Emater-RS	Sábado	07:00	60min
Tela Rural	Emater-RS/Ascar	Segunda-feira	07:00	30min
Terra Sul	Emater-RS	Terça-feira	07:00	30min
Vitrine do Campo	TVE-TO	Quarta-feira	07:00	30min

Fonte: Dados da autora. Construído com base na programação da TV Brasil. *Não há dia fixo para exibição.

Outro aspecto a ser analisado é a distribuição dos programas rurais na grade de programação da TV Brasil. Entre segunda e sábado, às 7 horas, existe uma faixa horária para esse conteúdo, geralmente com duração de 30 minutos, a exceção ocorre aos sábados quando o programa tem duração de 1 hora. O horário não é propício para o trabalhador rural, pois nesse horário ele já está no campo e possivelmente não tem condições de assisti-lo.

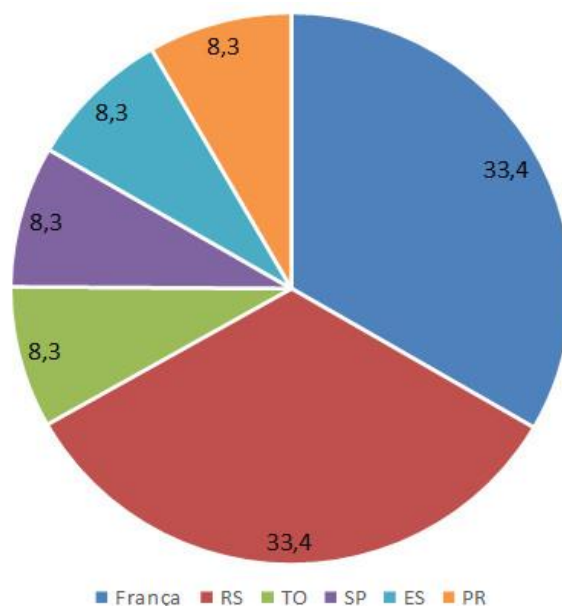
Ainda em relação a organização os programas, chama a atenção que apenas as duas produções de origem francesa sejam veiculadas no horário nobre televisivo, considerado entre 18 horas e meia-noite. *Nosso Veneno Cotidiano*, exibido terça-feira às

22 horas, mostra a visita da jornalista francesa Marie-Monique Robin por diversos países para entender os malefícios dos agrotóxicos no organismo humano. O outro programa *Colheita do Futuro*, a apresentadora e produtora Marie-Monique Robin “viaja por várias regiões do mundo e entrevista agricultores, pesquisadores, economistas e militantes em busca de experiências bem-sucedidas em relação à agricultura tradicional” (Brasil, 2016). Mostra alternativas à agricultura industrial, que é baseada no largo uso de pesticidas químicos ou em alimentos geneticamente modificados. Entre os modos alternativos de produção alimentar, ganham evidência na programação a agricultura familiar e a agroecologia.

A origem da produção dos conteúdos é outra característica relevante para se discutir diversidade na grade de programação das emissoras públicas. Embora possa se fazer críticas ao horário de exibição dos programas rurais, ressalta-se a relevância de se possuir uma faixa horária diária para determinado público, medida que contribui para criar uma identidade para a emissora e fidelizar determinada audiência. Cabe observar que na TV Brasil não existe nenhuma produção própria voltada à temática rural, o que pode ser considerado uma fragilidade da programação. Essa observação vai ao encontro do que havia sido analisado por Lopes (2015, p. 140) que visualizou a “tendência da TV Brasil de atuar mais como programadora do que como produtora de programação. A emissora tem adquirido produtos audiovisuais de diversas origens e os organiza na sua grade disponibilizada para as afiliadas”

Os locais onde foram produzidos os programas apontam para a pouca diversidade regional desses conteúdos (ver gráfico 1). Entre os 360 minutos (6 horas) de programas que abordam a temática rural por semana, 33,4% (120 minutos) correspondem a conteúdos produzidos por produtoras francesas.

Gráfico 1: Origem da produção dos programas rurais exibidos pela TV Brasil



Fonte: Dados agregados pela pesquisadora com base site TV Brasil.

A produção nacional não se aproxima da complexidade do rural brasileiro. Como se observa no gráfico, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul responde por 33,4% (120 minutos) da produção. Se somado ao Paraná com 8,3% (30 minutos), a Região Sul soma 41,7% (150 minutos). Da Região Norte existe apenas um programa produzido pelo estado do Tocantins (8,33%), assim como a mesma quantidade do Espírito Santo e São Paulo. Não existe nenhuma produção da Região Centro-Oeste e Nordeste. Os dados indicam que o modelo de rural nacionalizado é do da Região Sul, reduzindo a complexidade dos rurais que coexistem no território brasileiro. Contudo, essas informações podem também indicar o desinteresse ou a falta de investimentos para se produzir audiovisuais sobre o rural.

Entre os sete programas nacionais exibidos pela TV Brasil, três deles são realizados por emissoras educativas, são eles; 1) Marca Paraná – e-Paraná (emissora educativa vinculada ao governo estadual); 2) Vitrine do Campo – TV Educativa do Tocantins (mantida pela Fundação Universidade do Tocantins); 3) Notícias do Campo-TV Educativa Unifev (mantida pelo Centro Universitário Votuporanga-SP). Entre as outras quatro produções, três delas são feitas pela Emater-RS: 1) Rio Grande Rural; 2) Tela Rural em parceria com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR); 3) Terra Sul. OES rural é uma realização do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (INCAPER), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

Rede Minas: o rural na programação estadual

A Rede Minas exibia 5h30min. (330minutos) de programas cuja principal temática era o rural, em outubro de 2015 (ver quadro 2). Apenas meia hora a menos que a TV Brasil. Contudo, se observado a procedência da produção desses conteúdos, observa-se que a televisão pública mineira praticamente retransmitia 3h30 da programação nacional. Verifica-se, desse modo, a verticalização da produção. Essa é uma prática hegemônica entre as redes comerciais de televisão que também pode ser encontrada nas emissoras públicas. Embora a política de rede estabelecida pela TV Brasil busque alterar essa lógica, com a construção de uma rede com maior equidade entre o local e o nacional, que abre possibilidade para inserção de até 13h30min de programação local, ainda não se constata tal proporcionalidade na afiliada de Minas Gerais.

Quadro 2: Programas exibidos pela Rede Minas em outubro de 2015

Programas	Quem produz	Dia	Hora	Duração
ES Rural	Incaper	Sexta-feira	07:00	30min
Marca Paraná	e-Paraná	Terça-feira	07:00	30min
Minas Rural	Emater-MG	Sábado	09:30*	60min
Rio Grande Rural	Emater-RS	Sábado	07:00	60min
Tela Rural	Emater-RS/Ascar	Segunda-feira	07:00	30min
Terra Sul	Emater-RS	Terça-feira	07:00	30min
Viola, Minha Viola	TV Cultura-SP	Domingo	09:00	60min
Vitrine do Campo	TVE-TO	Quarta-feira	07:00	30min

Fonte: Pesquisa própria com base no site da Rede Minas. *Programa é reprisado domingo às 12h

A programação da Rede Minas difere da TV Brasil por não veicular os dois programas franceses *Colheita do Futuro* e *Nosso veneno cotidiano*, além do *Notícias do Campo* (UNIVEF). Na emissora mineira foi adicionado à grade de programação: 1) *Minas Rural* - conteúdo produzido pela Emater-MG, com 1 hora de duração e veiculação aos sábados e reprise aos domingos; 2) *Viola, minha viola*, que ia ao ar aos domingos por 1 hora, e era produzido pela TV Cultura de São Paulo. Ao se verificar a grade da Rede Minas, percebe-se que apenas um entre os oito programas foi gerado no próprio estado, mostrando a pouca diversidade de conteúdos estadual.

Ao contrário da TV Brasil que manteve a faixa horária rural, na Rede Minas houve significativa mudança entre outubro de 2015 e julho de 2016. A faixa rural que ia ao ar às 7 horas foi substituída pelo programa *Hora do Enem* que tem como objetivo preparar os jovens para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio. O programa é realizado pela TV Escola (Ministério da Educação).

Com a retirada dos programas exibidos entre segunda e sexta-feira, na grade houve redução de 5h30 para somente 2h de conteúdo rural. As produções ficaram restritas ao final de semana. A cada sábado são veiculados dois programas com duração de 30 minutos cada, entre aqueles que vão ao ar durante a semana na TV Brasil (*ES Rural, Marca Paraná, Tela Rural, RS Rural, Vitrine do Campo*). Ainda no sábado vai ao ar *Minas Rural* que é reprisado aos domingos.

Outra parte da pesquisa consistiu na análise dos temas tratados pelos programas rurais veiculados pela Rede Minas, que foram assistidos programas durante duas semanas. A primeira entre 15 e 21 de fevereiro de 2016 e a segunda coleta de dados ocorreu entre 18 e 24 de abril de 2016, períodos anteriores a alteração da grade. No primeiro período verificou-se a inserção de cerca de 30 matérias, sendo o foco maior é no modo de produção, novas técnicas, uso de máquinas, combate a pragas, doenças nas plantas e nos animais, e pouco se fala no produtor. Ou seja, o rural é apresentado nestes programas como lugar de produção para as populações urbanas, conforme afirma Wanderley³ que “não [se] supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

Entre as 27 reportagens exibidas, apenas cinco delas não trataram da produção agrícola, mas exibiram temas referentes as pessoas que habitam o espaço rural. São destaques:

- Sonho de uma menina da zona rural de Arroio do Padre de ser cantora e como ela concilia com o trabalho no campo (Terra Sul);
- Informações sobre aposentadoria Rural (Vitrine do Campo);
- Empoderamento de mulheres do meio rural (Vitrine do Campo);
- A experiência da Escola Rural Porto Nacional (Vitrine do Campo);
- A melhoria e a organização da vida dos produtores de frutas do município de Alto Taquari, através da constituição de uma cooperativa (Rio Grande Rural).

Como se pode observa o *Vitrine do Campo* (TV Educativa Tocantins) foi, no período analisado, o programa com maior inserção de matérias jornalistas que tratavam das relações sociais. Trouxe informações sobre a aposentadoria rural, da educação rural e também abordou o tema empoderamento das mulheres rurais.

A análise do segundo período não apresenta diferença significativa em relação ao primeiro. Constata-se a redução de temas que abordassem temáticas diferenciadas sobre o rural. O único programa que dedicou espaço a outros aspectos, além da abordagem produtiva, foi *Rio Grande Rural*. Na edição de 23 de abril de 2016 *apresentou a atração*

musical com Luiz Carlos Borges, ademais trouxe mais duas reportagens: 1) inclusão social em Caiçara; e 2) permanência do jovem no campo em Presidente Lucena. Entre 30 matérias exibidas, apenas três fugiram do enfoque produção.

Considerações finais

Os dados relativos à produção de conteúdo rural para a TV Brasil indicam o protagonismo das empresas de pesquisa e extensão rural na realização de conteúdos audiovisuais que tratam da temática rural. Percebe-se a concentração dos conteúdos feitos na Região Sul, onde são produzidos quatro dos nove programas veiculados pela TV Brasil, sendo três no Rio Grande do Sul e um no Paraná.

Outro aspecto relevante relevado pela pesquisa é a participação das universidades públicas na produção audiovisual rural. Somente a Universidade Federal do Tocantins (TV Educativa dos Tocantins) possui um programa, embora outras universidades como a UFV possuam significativa produção de conhecimento nesta área, sem, no entanto, traduzir esse conhecimento em um programa televisivo. Medida que poderia contribuir para a popularização da ciência.

Em termos de tempo dedicado ao rural, pode-se considerar a média diária de quase uma hora da TV Brasil como bastante razoável, contudo mostra a fragilidade da programação por não haver nenhum programa de própria autoria da emissora que pudesse mostrar os rurais brasileiros na sua diversidade geográfica e social.

A Rede Minas, assim como a TV Brasil, não possui nenhuma produção própria sobre o rural, retransmite parte da programação nacional. O único conteúdo produzido no estado é da Emater-MG, o *Minas Rural*, também muito focado na produtividade agrícola. A emissora também reduziu os programas rurais, deixou de exibir os a faixa horária rural, entre segunda e sexta-feira, que foi substituída pela *Hora do Enem*. Os programas ficaram restritos ao final de semana.

Outro aspecto analisado foi a inserção do tema rural nos telejornais. Na análise feita nos telejornais veiculados ao meio-dia (Jornal Minas e Repórter Brasil – 1 edição), na primeira semana de novembro de 2015 e na primeira semana de maio 2016 (em virtude da comemoração do Dia do Campo), verificou-se a inexistência de qualquer reportagem que fizesse referência ao rural. Essas informações podem ser um indicativo de que mesmo nas emissoras públicas o rural fique restrito à programação temática.

Deste modo, as análises realizadas evidenciam o predomínio nos programas rurais de reportagens que tratam majoritariamente da atividade econômica, portanto raramente abordam do rural como espaço de vida. Outro aspecto relevante refere-se, no período analisado, a inexistência da temática ruralidade nos telejornais. O rural fica limitado aos

programas rurais, o que contribui de certa forma para ampliar o pensamento dicotômico entre rural e urbano – e não como espaços integrados.

Referências

- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- Barreto, V. S. (1999). Comunicação rural e reforma agrária: as políticas do MEPPF-incra. En: Callou, A. B. F. (Ed.) *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo: Intercom.
- Callou, A. B. F; Santos, M. S. T. (2001). *Formação de comunicadores rurais: novas estratégias para enfrentar o século XXI*. Contexto e Educação: UNIJUÍ – Ano 16 – n° 63 – jul. /sep. – Pp. 119-
- Cimadevilla, G. (1991). Aportes para nuevas lecturas de lo rural y algunos otros viejos problemas. En: Callou, A. B. F. (Ed.) *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo: Intercom.
- Guareschi, P. et al. (2000). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes.
- Kurth, E. D. (2006). *A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil: o caso da RBS/Rede Globo em Santa Catarina*. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.
- Lopes, I. S. (2015). *TV Brasil e a construção da rede nacional de televisão pública*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Martín-Barbero, J. (2006). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2005). Globalização comunicacional e transformação cultural. En: Moraes, Dênis (Ed.). *Por outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, (p. 57-78).
- Mazzi, A. P. R. (1980). *Comunicação e desenvolvimento rural: da prática da persuasão à alternativa do diálogo*. Rio de Janeiro: ABT.
- Rey, G. (2002). Panorama: O cenário móvel da televisão pública. Alguns elementos do contexto. En: Rincón, O. (Ed.) *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert, 2002. (p. 81-128)

- Rincón, O. (Ed.) (2002). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. Quito/Ecuador. Fundação Friedrich Ebert Stiftung.
- Silva, J. G. (1997). *O novo rural brasileiro*. Revista Nova Economia, maio 1997, p. 43-81.
- Silva, J. G. (2001). *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Estudos Avançados. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec., p. 37-50.
- Wanderley, M. N. (2000). *Meio rural: um lugar de vida e de trabalho*. Disponível em: <http://www.iicaforumdrs.org.br/index.php?saction=conteudo&id=a12ac3b16ba6f272193312abda9386e8&idMod=64>.
- Williams, R. (2011). *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.

Notas

-
- ¹ Lei 11.652, de 2008, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm
- ² Sobre a Rede Minas disponível em: <http://redeminas.tv/a-rede-minas/>
- ³ “Meio rural: um lugar de vida e de trabalho” entrevista de Maria Nazareth Wanderley. Disponível online em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2169821555.pdf>